



EXPANSÃO URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS

Gabrielle de Souza Frade ¹

RESUMO

O município de Campos dos Goytacazes, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro, vem passando por mudanças importantes em sua estrutura urbana nas últimas décadas. O aumento populacional e a dinamização dos setores secundário, com a descoberta de campos de petróleo, e terciário, com o surgimento de novas atividades comerciais e de serviços, vem promovendo um processo de expansão e reestruturação urbana que tem se intensificado nos últimos anos, com a chegada de novos empreendimentos residenciais, do tipo condomínios horizontais, que tem alterado o perfil de ocupação de bairros como o Parque dos Rodoviários, promovendo casos de segregação socioespacial.

Palavras-chave: Campos dos Goytacazes; Expansão urbana; Segregação socioespacial.

ABSTRACT

The municipality of Campos dos Goytacazes, located in the northern part of Rio de Janeiro state, has undergone significant changes in its urban structure in recent decades. Population growth and the dynamism of the secondary sector, with the discovery of oil fields, and the tertiary sector, with the emergence of new commercial and service activities, have fostered a process of urban expansion and restructuring that has intensified in recent years, with the arrival of new residential developments, such as horizontal condominiums, which have altered the occupancy profile of neighborhoods such as Parque dos Rodoviários, fostering instances of socio-spatial segregation.

Keywords: Campos dos Goytacazes; Urban expansion; Socio-spatial segregation.

INTRODUÇÃO

O município de Campos dos Goytacazes, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro, desde os anos 1970, no contexto de políticas públicas realizadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, que previa uma política de apoio e incentivo ao desenvolvimento das cidades médias como forma de contenção aos intensos fluxos migratórios em direção às grandes cidades, vem passando por mudanças importantes em sua estrutura. O aumento populacional e a dinamização dos setores secundário, com a descoberta de campos de petróleo, e terciário, com

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; gabrielle.frade@gmail.com



o surgimento de novas atividades comerciais e de serviços, promoveu um processo de expansão e reestruturação urbana que tem se intensificado nos últimos anos.

O constante crescimento da população urbana, em um contexto de aumento das receitas públicas, vivenciado a partir da Lei do Petróleo (Lei Federal nº 9478/1997)², proporcionou uma realidade de abundância de recursos para a implantação de obras e políticas públicas, bem como um panorama de investimentos públicos e privados que impulsionaram a expansão urbana em Campos dos Goytacazes. O grande montante de investimentos alavancados pelo poder público municipal fomentou de forma expressiva os investimentos privados, em especial o mercado imobiliário, que vem promovendo uma urbanização dispersa a partir da criação de condomínios horizontais fechados em áreas utilizadas, anteriormente, para fins agrícolas pela indústria sucroalcooleira e o conjunto dessas ações produziu transformações significativas no tecido urbano campista.

O recorte espacial deste trabalho de pesquisa é o bairro Parque Rodoviária e justifica-se pela inserção de grandes investimentos na construção de hotéis, centros empresariais e condomínios residenciais verticais e horizontais que surgiram após a inauguração do Shopping Partage Campos, em 2011, construído às margens da BR – 101, em uma área ocupada basicamente por famílias pobres, em sua maioria residentes da Favela da Margem da Linha. Verifica-se que o impacto da construção do shopping center e, posteriormente, dos condomínios residenciais foi absolutamente elevado, tornando-se uma das áreas com maior valorização do município.

Atualmente, a comunidade, composta basicamente por famílias de ex-trabalhadores das antigas usinas de cana do município, que por motivos financeiros não podem se beneficiar dessas mudanças e intervenções urbanas no espaço, vêm sofrendo realocação dentro do Programa Municipal de Habitação Popular “Morar Feliz” para conjuntos habitacionais localizados em bairros distantes de suas residências, onde é precária a infraestrutura de saneamento, transporte, serviços de saúde e educação, dentre outros. Nosso objetivo é analisar as formas de atuação dos principais agentes envolvidos no processo de expansão urbana e investigar de que maneira estes processos se materializam no território e no acesso da população às infraestruturas urbanas, incluindo-os ou reproduzindo práticas espaciais da segregação socioespacial.

METODOLOGIA

² Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.



A metodologia desta pesquisa consistiu em levantamento bibliográfico acerca do tema pesquisado, consulta de dados secundários disponibilizados por órgãos como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e ADEMI (Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário), que mensalmente gerencia dados de imóveis comerciais e residenciais, realização de trabalho de campo para método de observação das práticas socioespaciais em nossa área de estudo, além de entrevistas com agentes envolvidos no processo. Foram entrevistados moradores da Favela da Linha, uma representante do Centro Juvenil São Pedro, instituição que realiza trabalho social com crianças e adolescentes da comunidade e atualmente promove grande mobilização em prol da permanência dos moradores em seus locais de residência e com subsecretário de planejamento urbano do município que nos deu um panorama dos investimentos públicos e das áreas de expansão urbana no município.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo sobre cidades há muitas décadas tem despertado o interesse de uma variada gama de pesquisadores. Sociólogos, urbanistas, historiadores, economistas, além dos geógrafos, que têm se dedicado a entender os processos de produção, estrutura, interações, organização do espaço urbano e o modo como evoluem esses processos. A produção do espaço urbano é um tema central na Geografia, especialmente na Geografia Urbana e na Geografia Crítica. Diversos autores clássicos e contemporâneos discutem como as dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais moldam as cidades e seus territórios.

Tal interesse, segundo o filósofo francês Henry Lefebvre (1976), está relacionado a mudança de uma sociedade industrial para uma sociedade urbana, fato que representa uma transformação profunda das relações sociais, do espaço e da vida cotidiana. A realidade urbana tornou-se mais complexa e a partir daí surgem matrizes teórico-metodológicas que orientam as pesquisas sobre o urbano.

Lefebvre foi um dos pioneiros na análise do espaço e do urbano através da abordagem marxista, considerando o espaço social da cidade - o espaço urbano, ao mesmo tempo reflexo e condição da sociedade, conforme apresentou em seu livro "*Espacio y Política*" (1976).

No contexto brasileiro, dentre as Escolas do pensamento que influenciaram nossos teóricos, urbanistas e arquitetos a respeito da forma de pensar o espaço, está a Escola Francesa, que tinha como suas principais características a ênfase nas dimensões de racionalidade e utopia. Destacam-se, em especial, os estudos dos geógrafos Manuel Castells e Henri Lefebvre, ambos



teóricos marxistas, que permanecem atuais e significativamente citados nos estudos urbanos no Brasil e no mundo.

O espaço urbano e sua formação são objetos de estudo da geografia que abordam a constante reconfiguração do espaço total, social, e seus diversos recortes. O termo espaço é uma expressão que engloba uma multiplicidade de significados, até porque sempre foi objeto de estudos de diversas ciências. De imediato, pode-se dizer que o espaço que interessa nesta pesquisa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos os múltiplos de espaço (SANTOS, 2008); mais especificadamente, o espaço urbano, que como afirma Castells (2000), tem em suas teorias, mesmo de maneira implícita, uma determinada forma de interpretação da sociedade ou um modo de pensar de cada época.

Souza (2005) nos revela que é a partir da leitura marxista sobre o espaço que o espaço urbano passou a ser entendido como “um produto social, e os problemas urbanos como problemas relacionados à dinâmica das relações de produção e da estrutura de poder na sociedade capitalista” (SOUZA, 2005, p.44). No entanto, por muito tempo a problemática espacial foi secundarizada pelo marxismo clássico em detrimento à história e o tempo, que possuíam papel de destaque nos estudos marxistas (CORRÊA, 1995b). Harvey (2006) destaca que Marx admitia com certa frequência a importância do espaço e do lugar, mas, considerava-o de modo não problemático, enquanto sítio estável onde a ação histórica acontecia.

É somente a partir da década de 70, quando teóricos da geografia moderna se aproximam essencialmente do marxismo, que a problemática urbana assume uma centralidade diante de um processo de globalização financeira e tecnológica do capitalismo (SOJA, 1993).

A cidade deve ser compreendida enquanto um fato histórico, construída pelo homem no decorrer do processo de construção da sociedade, portanto, sua natureza reflete os princípios que cada sociedade, em cada período da história, lhe confere. Segundo Sposito (1994, p. 11) “o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstituídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos”.

Assim, o que possibilita o aparecimento da cidade são as mudanças nas relações de produção da sociedade, em função do seu desenvolvimento técnico e social. Esta origem, ainda de acordo Sposito (2004, p. 17) “não está aplicada essencialmente pelo econômico, mas sim pelo social e pelo político. Ou seja, a cidade na sua origem não é por excelência o lugar de produção, mas o da dominação”.

Desta forma, essas relações ao longo do tempo são transformadas, bem como as técnicas evoluem e a própria sociedade se modifica, ou seja, o modo de produção se altera a cada período



e esta mudança altera as relações sociais e por consequência o espaço através de uma relação dialética destes elementos que compõem sua estrutura. Assim, é fundamental pensar o espaço, ou a cidade, sem esquecer-se do tempo.

Contudo, o processo de formação, crescimento e dispersão das cidades sobre todo o mundo, intensifica-se a partir da expansão do modo de produção capitalista. Segundo Sposito (1994, p. 30), “a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo.”

No âmbito da geografia humana, foi a partir da obra de Lefebvre que ocorreu uma integração efetiva da produção do espaço, e de suas configurações como elemento ativo, com a teorização marxista. Destacam-se as contribuições de David Harvey. Harvey que, mesmo ao abordar o espaço social como um produto material, extremamente importante e dotado de peculiaridades e poder condicionador, considerava-o subordinado à dinâmica geral do modo de produção e preferiu guardar uma certa distância da posição mais heterodoxa de Lefebvre (SOUZA, 2006).

É nesse sentido que abordaremos a cidade neste trabalho, enquanto um espaço organizado, construído, trabalhado, praticado pelas relações sociais, porém, sem se esquecer que estas relações sociais incluem àquelas que são fundamentadas no capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Campos dos Goytacazes a estrutura fundiária, baseada na forte concentração de terras, revela-se como uma das causas de um crescimento urbano diferenciado. A existência de grandes propriedades, no geral proveniente de antigas fazendas de cana-açúcar e das usinas, condicionou e ainda condiciona a cidade a apresentar um crescimento com a presença de vazios urbanos, utilizados como estoques especulativos localizados nas bordas da malha urbana.

Durante trabalho de campo realizado em março de 2023, em entrevista com um dos agentes do mercado imobiliário, foi visto que algumas dessas terras, localizadas nas bordas do perímetro urbano, estão embargadas por questões judiciais e outras são colocadas no mercado paulatinamente através de loteamentos realizados pelo próprio proprietário. Há também aquelas propriedades que são de interesse de incorporadoras, algumas onde já foram construídos condomínios voltados para classe média e média alta e outras sendo retidas para a especulação.

A localização da propriedade é um elemento fundamental para se alcançar o lucro almejado pelos promotores imobiliários. Segundo Villaça (2001), de acordo com a localização desigual da infraestrutura, a cidade apresenta áreas de valores diversificados, tanto simbólicos quanto



financeiros, o que ocasiona a produção e apropriação diferenciada do solo e a divisão econômica e social do espaço.

Além de interferir na oferta de moradia, o setor imobiliário acaba por influenciar na organização socioespacial das cidades. Castells (2000) já havia chamado a atenção para a relação entre localização da habitação e diferenciação social, dizendo que a forma da distribuição espacial da mesma acaba por produzir a diferenciação social do próprio espaço.

Ao longo do processo de urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes as habitações unifamiliares foram responsáveis pelo início do processo de diferenciação residencial, e, como consequência, contribuíram para a consolidação do padrão de segregação socioespacial centro x periferia. Esse processo se tornou mais complexo quando começaram a surgir os condomínios fechados nas periferias, os loteamentos irregulares se intensificaram em áreas próximas ao centro e o processo de verticalização se consolidou.

Neste trabalho, assim como Castells (2000), compreendemos a cidade como resultado do trabalho humano, sendo historicamente construída e constantemente em construção. No processo de construção e estruturação do espaço urbano, alguns agentes atuam na organização interna das cidades, orientando o uso da terra e influenciando a forma de ocupação espacial urbana, inclusive socioeconomicamente.

A partir das contribuições de Corrêa (1995) destacamos: os proprietários dos meios de produção que especulam e regulam o acesso à terra, os proprietários fundiários que atuam a fim de obterem a maior renda fundiária possível de suas propriedades, os promotores imobiliários que realizam, parcial ou totalmente ações como incorporação; financiamento; estudo técnico; construção do imóvel e comercialização do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro, o Estado, que atua também na organização espacial da cidade e os grupos sociais excluídos que por não possuírem renda suficiente para aquisição ou aluguel de moradia atuam com resistência aos processos de segregação social modelando o espaço urbano nos lugares que lhes restam.

Observando a evolução do processo de urbanização no município de Campos dos Goytacazes ao longo dos séculos XX e XXI, podemos considerar três momentos importantes. Durante a maior parte do século XX o crescimento da cidade continuou perpetuando a dualidade centro x periferia, visto que o centro e as áreas próximas ao centro permaneceram sendo dotados da maioria dos serviços urbanos públicos e privados e ocupados pelas camadas de mais alta renda, enquanto a periferia permaneceu predominantemente subequipada e ocupada pela população de baixa renda.



O primeiro momento corresponde à década de 1940, quando, segundo Faria (1992), os edifícios destinados à fins comerciais se tornavam mais numerosos no centro da cidade, principalmente nos arredores da Praça São Salvador, que havia passado por grandes mudanças promovidas pela reforma de Saturnino Brito, atraindo a camada de maior poder aquisitivo à época.

O segundo momento iniciou-se na década de 1960, quando surgiram os primeiros edifícios residenciais, os quais inicialmente continuaram se localizando no centro, principalmente próximos da Praça São Salvador, buscando atender às classes médias. Nesse segundo momento, os edifícios verticais residenciais já haviam se consolidado como moradia da classe média no Brasil. Durante a década de 80 o fenômeno da verticalização passou a se deslocar para outros espaços, com destaque para a Avenida Pelinca e seu entorno. Esse cenário de especulação imobiliária em ascensão pela economia do petróleo, fez aumentar os fluxos de comércio e serviços em Campos, alimentando um processo de crescimento urbano irreversível.

É neste período que Campos consolida o modelo de expansão complexa e orientada do centro em direção à periferia, favorecendo os interesses das classes dominantes e do mercado imobiliário. Faria (2001) destaca que nesse período ocorreu a acentuação de alguns processos, como a favelização e os loteamentos ilegais, o surgimento dos condomínios fechados residenciais horizontais, voltados para a classe média e alta, localizados nas áreas periféricas, e a verticalização, concentrada na área central e nos bairros ao entorno da Avenida Pelinca, cuja ocupação pela população de mais alta renda já estava consolidada através de habitações unifamiliares.

O terceiro momento corresponde ao início do século XXI, quando os edifícios de apartamentos passaram a ser lançados em um ritmo acelerado. A partir de 2006/2007, a cidade vivenciou um intenso processo de verticalização, com forte concentração de edifícios de apartamentos na área oeste da cidade, na já citada área da Avenida Pelinca e seu entorno. Os motivos para essa concentração estão ligados aos fatores históricos, que conferiram a essa área o status de residência da população de maior renda, o que possibilitou uma estrutura urbanística dotada de infraestrutura e de uma rede bem equipada de serviços e comércios.

Na última década o vetor de expansão na porção oeste ao Centro tem crescido cada vez mais. Em 2011 atravessando a BR101, foi inaugurado o Boulevard Shopping Campos, atual Shopping Partage Campos, considerado pela ABRASCE o único *shopping center* da região Norte Fluminense. Desde então, o bairro Parque Rodoviário vem recebendo um grande incremento em investimentos de infraestrutura e, conseqüentemente, valorizado sobremaneira o preço do solo, conforme se pode observar na tabela abaixo:



Preço do metro quadrado do solo nos bairros no entorno do Shopping Partage

Bairro	2007	2009	2011	2024*
Parque Leopoldina	--	R\$540,00	R\$493,00	R\$2.013,00
Parque Julião Nogueira	R\$193,00	R\$166,00	R\$381,00	--
Parque São Caetano	R\$305,00	R\$349,00	R\$381,00	R\$2.068,00
Parque Rodoviário	R\$20,00	R\$309,00	R\$500,00	R\$2.966,00
Parque Santo Amaro	R\$280,00	R\$333,00	--	--
Parque Esplanada	R\$97,00	R\$116,00	R\$140,00	R\$2.106,00

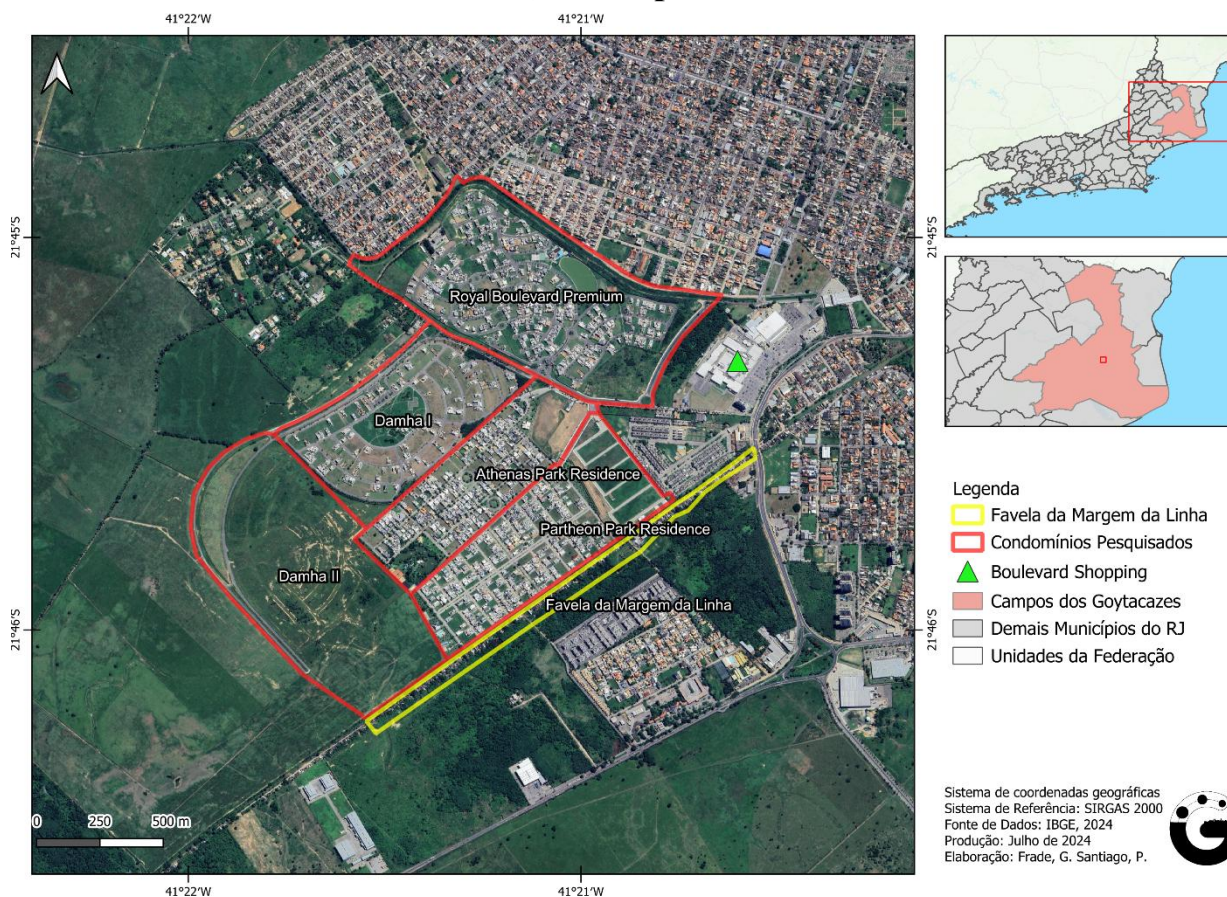
Fonte: Faria, 2012 (*adaptado pela autora, 2024)

Atualmente, o bairro Parque Rodoviário, que até poucos anos atrás era ocupado basicamente ocupado por ex-trabalhadores de usina de açúcar, conta com cinco condomínios horizontais voltados para classe alta: Athenas Park, com 244 lotes de 600m²; Partenon Park Residence, com 434 lotes de 420m² a 670m²; Dahma I, com mais de 300 lotes a partir de 400m²; Dahma II, com 488 lotes de 400m² a 595m² e Royal Boulevard Premium, com 525 Lotes a partir de 400 m². Muitos lotes ainda não foram vendidos, outros estão na fase de construção de residências e o bairro já teve um incremento populacional considerável sendo, atualmente, o 7º bairro mais valorizado, uma valorização de mais de 14.000%, no valor do metro quadrado do solo passando de R\$20,00 em 2007 para R\$2.966,00 em 2024 segundo dados da plataforma Imóveis Guide.

A escolha por concentrar os lançamentos imobiliários nessa área da cidade exemplifica uma estratégia do setor imobiliário para reproduzir o capital investido. Os recentes processos de expansão urbana em Campos revelam uma forte articulação com os interesses de agentes do setor imobiliário, que visam à maximização de lucros por meio da valorização fundiária. Esses agentes não se limitam à produção habitacional, mas promovem empreendimentos que integram diferentes usos do solo de maneira estratégica potencializando a rentabilidade dos investimentos. Tal atuação tem promovido transformações significativas em diversas áreas da cidade, produzindo externalidades que distinguem esses espaços do restante do tecido urbano, contribuindo para a fragmentação socioespacial e a redefinição da estrutura urbana local.

Contrastando com a nova realidade dos moradores recentes, no bairro Parque Rodoviário há mais de 40 anos viviam cerca de 400 famílias na Favela da Margem da Linha, que teve seu início quando trabalhadores do corte de cana da Usina do Queimado³, após serem demitidos e perderem o benefício da residência concedido pela Usina, passaram a ocupar um espaço entre a usina e a linha férrea, às margens da antiga Rede Ferroviária Federal. Com o passar dos anos, o entorno da área ocupada foi deixando de ser rodeada por canaviais e sofreu um processo de urbanização - primeiramente com a pavimentação da BR 101 e posteriormente, nos anos 90, com a formação de bairros vizinhos. O mapa abaixo revela a localização da referida favela, do shopping center e dos novos condomínios residenciais.

Localização dos pontos de interesse



A Favela da Margem, da Linha, até 2014 considerada a maior favela de Campos segundo dados do Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense do Rio de Janeiro, vem sendo paulatinamente removida de suas residências e realocada dentro do Programa Municipal de Habitação Popular “Morar Feliz” para conjuntos habitacionais localizados em bairros

³ A Usina do Queimado foi a segunda a ser instalada em Campos dos Goytacazes, no ano de 1880, propriedade de Julião Ribeiro de Castro.



afastados, onde é precária a infraestrutura de saneamento, transporte, serviços de saúde e educação, caracterizando um quadro de segregação socioespacial. Segundo Abramo (1989) a reprodução da segregação social no espaço urbano é um dos artifícios utilizados pelos empreendedores imobiliários no processo de diferenciação de espaços.

A implantação do Shopping Partage Campos no entorno da Favela da Margem da Linha e o processo de remoção das famílias residentes para imóveis do programa de habitação popular Morar Feliz sinalizam a hipótese de segregação socioespacial decorrente da especulação imobiliária após a construção do *shopping center* e da implantação de outros empreendimentos privados, para quem a presença da favela torna-se um obstáculo à maior valorização da área onde se inserem.

Apesar da proposta de “melhor qualidade de vida e cidadania”, o Programa Morar Feliz apresenta contradições na sua execução. Ele pretende garantir o direito à moradia para famílias de baixa renda, mas não se preocupa em garantir o acesso dessas famílias às infraestruturas básicas, promovendo o que Marques (2005) considera um quadro de segregação socioespacial:

“Por segregação, se nomeavam os heterogêneos processos que produziam a separação e concentração de grupos sociais, assim como produziam e reproduziam desigualdades sociais no espaço [...] segregação significa desigualdade de acesso, em várias acepções da expressão.” (MARQUES, 2005, p. 33)

De acordo com o exposto, é possível identificar nessas novas áreas urbanas alterações profundas nos padrões de uso e ocupação do solo em relação a estrutura da cidade que se apresentava até esse momento, observa-se no bairro Parque Rodoviária uma mudança orientada pela lógica da especulação imobiliária que busca atender aos interesses de segmentos econômicos restritos, o que garante a manutenção e potencialização da elevação de preços, inviabilizando a permanência de grupos economicamente desfavorecidos. Tal lógica, condicionada pela especulação e pela atuação do Estado, exerce influência direta sobre a estruturação e divisão socioespacial das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção do espaço urbano, gerado segundo os interesses do mercado imobiliário, conforme exposto, faz de Campos dos Goytacazes uma cidade dispersa, com um crescimento descontínuo, segregada e fragmentada. Tal ação ocorre baseada nos fundamentos do sistema capitalista, onde a cidade é produzida sob a lógica de maximização de lucros no uso e ocupação do solo. O princípio é produzir espaços para a população solvável, sem se preocupar



em produzir uma cidade harmônica, justa e menos desigual a exemplo da construção dos condomínios horizontais no bairro Parque Rodoviária que tem resultado em conflitos, segregação socioespacial e na luta pelo direito à cidade.

O processo de remoção e segregação da população mais pobre tem ocorrido com omissão do Estado na regulação do uso e ocupação do solo pelo mercado imobiliário, ainda que o município apresente um contundente plano diretor elaborado em prol do bem-estar social (GOMES FILHO, 2017). Embora Campos tenha um Plano Diretor municipal formulado segundo as diretrizes do Estatuto da Cidade, o documento não demonstra em seu cotidiano que a administração local esteja implementando as medidas para melhoria das condições de vida respeitando interesses coletivos, principalmente da população mais pobre.

No que é possível observar, não há uma expansão urbana coerente e que vise a melhoria da qualidade de vida da população local como um todo. Podemos inferir que a produção do espaço urbano é realizada para atender os interesses, não só do mercado imobiliário, como também dos proprietários de terras, como os herdeiros da antiga Usina do Queimado. Ademais, nota-se que a falta de qualidade dos espaços e serviços públicos aumentam ainda mais o valor de uso e, conseqüentemente, o valor de troca do solo, propagando a lógica dos condomínios fechados como a solução para aqueles que desejam viver livre dos problemas urbanos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A incerteza e a inovação na estrutura urbana: elementos da dinâmica imobiliária. Anais do 3º Encontro Nacional da ANPUR. Águas de São Pedro: vol. 1, p. 131 – 142. 1989.
- CASTELLS, M. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CORREA, R. L. O espaço urbano. 3ª edição - Ática, São Paulo, 1995.
- FARIA, T. P. Projeto urbanístico e a configuração sócio-espacial da cidade de Campos dos Goytacazes. Anpur 2001.
- FARIA, T. P. Arquitetura residencial urbana em Campos dos Goytacazes: Transformações ao longo do século XIX e início do século XX. 1992.
- GOMES FILHO, H. Divisão internacional do trabalho e direito à cidade (de porte médio) no Norte Fluminense: legado e maldição de Prometeu. Tese de Doutorado. UERJ. Rio de Janeiro, 2017.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- LEFEBVRE, H. *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.



MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: TORRES, H. (Org.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo, SP: Editora SENAC São Paulo, 2005.

SANTOS, M. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, M. L. A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos das periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. Investigaciones Geográficas, Cidade do México, n. 54, p. 114-139, ago. 2004.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.